26/01/2022

Número: **0131232-69.2021.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**
Órgão julgador: **Seção B da 12ª Vara Cível da Capital**
Última distribuição : **09/12/2021**
Valor da causa: **R$ 6.075,00**
Assuntos: **Acidente de Trânsito**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
JOSE GUIMARAES MALTA NETTO (AUTOR)	EWERSON VILAR DE LIMA (ADVOGADO)
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (REU)	
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
94800926	09/12/2021 16:50	Petição Inicial	Petição Inicial
94802103	09/12/2021 17:00	Petição Inicial	Petição
94802105	09/12/2021 17:00	docs jose guimaraes	Documento de Comprovação
94806136	10/12/2021 14:54	Decisão	Decisão
95769890	22/12/2021 16:59	HABILITAÇÃO PERITO	Certidão
95771335	22/12/2021 17:13	Intimação	Intimação
95771337	22/12/2021 17:13	Intimação	Intimação
95772498	22/12/2021 17:40	Aceite	Petição em PDF

Petição

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE – PERNAMBUCO.

JOSE GUIMARAES MALTA NETTO, brasileiro, solteiro, desempregado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 115752254-84, com endereço na Av. Santa Luzia, nº 31, Centro, Águas Belas - PE, Cep. 55340-000, com endereço eletrônico desconhecido, vem, à presença de V. Exa., por seu advogado infra-assinado, com endereço profissional constante no instrumento procuratório, em anexo, com fulcro na Lei 8.441/92 que deu nova redação à Lei Federal 6.194/74, no artigo 319 e seguintes do Código de Processo Civil – Lei 13.105/2015 e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, promover

A Ç Ã O D E C O B R A N Ç A D E C O M P L E M E N T O D E S E G U R O D P V A T

Contra **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS,** inscrita no CNPJ n. 33.054.826/0001-92, situada à Av. Marquês de Olinda, 175 – Santo Antonio – Recife - PE, CEP. 50030-000, com endereço eletrônico desconhecido, pelos motivos de fato e direito que narra a seguir:

DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Inicialmente, a parte autora afirma que não possui condições de arcar com custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio, bem como o de sua família, razão pela qual faz em jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos do artigo 4º da Lei 1060/50, com redação introduzida pela Lei 7510/86.

DOS FATOS

01. No dia **17 de julho de 2019**, o autor foi vítima de acidente automobilístico, sofrendo lesões corporais onde, em atendimento médico fora constatado **UMA SÉRIE DE LESÕES GRAVES**, que resultou em **DEBILIDADE PERMANENTE**, conforme boletim de ocorrência e perícia médica, em anexos.

02. Sendo a autora, vítima de acidente automotor, atrai a aplicação da Lei 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoa transportada ou não); conforme art. 3, alínea "b" que dispõe:

"Art. 3º. Os danos pessoais coberto pelo seguro estabelecido no art. 2 compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitimada:

(...)

b) **até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)– no caso de <u>invalidez permanente;</u>**

03. Há de ser ressaltado que foi requerido administrativamente a liberação da INTEGRALIDADE do valor da indenização do seguro DPVAT, **por invalidez PERMANENTE**, sendo paga a quantia de apenas **<u>R$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais).</u>**

04. No caso em tela, o laudo médico atesta **DEBILIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR DIREITO** e de acordo com a tabela instituída pela **Lei nº. 11945/2009**, o percentual a ser pago é de 70% (setenta por cento). Ora, se 70% (setenta por cento) de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) equivale a R$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), caberia ao autor receber ainda o complemento de **<u>R$ 6.075,00 (seis mil, setenta e cinco reais)</u>**, equivalente aos 70% (setenta por cento) menos o valor recebido administrativamente**.**

<u>DO DIREITO:</u>

05. Outrossim, convém trazer a baila, demonstração da mais pacífica jurisprudência a respeito da pretensão em comento. Senão vejamos:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 7656/95 - Reg. 46-2 Cod. 95.001.07656 SEXTA CÂMARA - Unânime Juiz: RONALD VALLADARES - Julg: 12/12/95 INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. D.P.V.A.T. Ação de cobrança de indenização securitária (caso do DPVAT sob a disciplina do art. 7. da Lei n. 6194/74, com as alterações da Lei 8441/92) **Seguro obrigatório e de interesse social**. **Requerente sucessor legitimo de vitima de acidente** (queda de caminhão) ocorrido quando estava sendo transportada em

veiculo automotor em circulação. **Caso de morte causada apenas por veiculo não identificado. Dever legal da companhia seguradora, que opera no ramo do referido seguro obrigatório, de indenizar**, considerado o disposto no art. 7., parags. 1. e 2. , da Lei 6194. Requisitos e condições da ação comprados nos autos. Inexistência de inconstitucionalidade dos dispositivos legais instituidores da modalidade indenizatória do seguro.

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 6208/96 - Reg. 3628-3 Cod. 96.001.06208 TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO - Julg: 19/09/96 COBRANÇA. QUANTIAS INDENIZATORIAS. SEGURO DPVAT. Ação de cobrança de quantias indenizatórias a titulo de seguro obrigatório - DPVAT. Pedido indenizatório que se fez correto, de acordo com a Lei 6194/74, modificada pela Lei 8441/92. Responsabilidade da seguradora ora apelada, que, inclusive, não nega o dever de indenizar a autora, apenas, divergindo quanto ao valor cobrado. A existência do consórcio de empresas seguradoras tornou possível reclamar-se a indenização de qualquer uma das empresas conveniadas. Apelo da ré que se da provimento para reformar a sentença de primeiro grau.

06. No que concerne ao posicionamento do **Superior Tribunal de Justiça**, há de ser posto o seguinte:

SÚMULA n. 229: O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão

SÚMULA n. 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

QUARTA TURMA. DPVAT. SALÁRIOS MÍNIMOS. Discute-se o valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório-DPVAT, em razão de atropelamento fatal que vitimou a esposa do autor. A Segunda Seção, por maioria, decidiu que a fixação da cobertura do DPVAT em salários mínimos não infringe a legislação, porquanto se cuida de mero critério indenizatório, de cunho legal e específico dessa natureza de cobertura, sem característica de indexação inflacionária. A jurisprudência inclinou-se em considerar como não representativo de quitação total o recibo dado em caráter geral, para afastar um direito que é assegurado por força de lei ao credor, caso do DPVAT (art. 3º, **a**, da Lei n. 6.194/1974). Precedentes citados: REsp 129.182-SP, DJ 30/3/1998; REsp 195.492-RJ, DJ 21/8/2000, e REsp 257.596-SP, DJ 16/10/2000. **REsp 296.675-SP, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, julgado em 20/8/2002.**

07. Assim sendo, não resta outra alternativa ao autor, senão ingressar com a presente ação, afim de receber o valor correspondente ao complemento do seguro DPVAT, calculados com base no valor da data da efetiva liquidação.

DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, pede e requer se digne V.Exa. o seguinte:

a) Autorizar os benefícios da **assistência judiciária gratuita**, consoante Lei Federal n. 1.060/50 por ser o Autor pessoa pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração inclusa;

b) a citação do requerido por meio postal, nos termos do art. 246, inciso I, do CPC/2015;

c) A parte opta pela não designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do art. 319, VII, do CPC/2015, porém requer de imediato a realização da perícia judicial considerando o acordo firmado entre o Tribunal de Justiça e a Ré, por meio do oficio 005/2015, que fixou em R$ 200,00 (duzentos reais) os honorários de perito que deverão ser suportados pela parte demandada e depositados em juízo até 15 dias após a conclusão da pericia, requerendo, de logo, que seja nomeado perito, para audiência de perícia e conciliação;

d) **Que o INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL seja oficiado para realizar perícia no autor e fornecê-la no prazo designado por V. Exa., informando ao juízo o grau de debilidade no percentual de 0 a 100% (cem por cento);**

e) **JULGAR PROCEDENTE** a presente demanda em todos os seus termos, com a condenação da Requerida ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, relativo ao **COMPLEMENTO** da indenização, o que atualmente perfaz a quantia de **R$ 6.075,00 (seis mil, setenta e cinco reais)** com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no Art. 3, alínea “b”, da Lei n 6.194/74;

f) Condenar a Ré a pagar **honorários advocatícios** no importe de 20% (vinte por cento) sob o valor da causa.

*Requer, por fim, determinar que toda e qualquer publicação referente a este processo, deve constar da **intimação** APENAS e EXCLUSIVAMENTE o nome do **advogado EWERSON VILAR DE LIMA – OAB/PE 28.570, sob pena de nulidade.***

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente pelos documentos que acompanham a Inicial.

Dá-se à causa o valor de **R$ 6.075,00 (seis mil, setenta e cinco reais).**

P e d e e e s p e r a deferimento. Recife/PE, 09 de dezembro de 2021.

EWERSON VILAR DE LIMA

OAB/PE 28.570

INSTRUMENTO PROCURATÓRIO

OUTORGANTE: José Guimarães Malta Netto, Brasileiro, Solteiro, Desempregado, CPF: 033 752 254-84, Residente na Av. Santa Luzia, Nº 32, Centro, Águas Belas - PE. CEP: 55340-000.

OUTORGADOS: EWERSON VILAR DE LIMA, brasileiro, casado, advogado, portador, respectivamente, da OAB-PE **28.570,** com endereço profissional na Avenida , endereço eletrônico: evl.advogado@yahoo.com.br

PODERES: Da cláusula "Ad Judicia" representando o outorgante perante qualquer Juízo ou Tribunal, podendo apresentar declarações, queixa, assinar, requerer, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar e prestar compromisso, acompanhar andamento de processo, desarquivar processo, recorrer, apresentar contrarrazões, executar, indicar provas e testemunhas, requerer, receber, levantar e dar quitação de Alvarás Judiciais perante as Instituições Financeiras, pedir a justiça gratuita e ***assinar declaração de hipossuficiência econômica***, em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC, podendo ainda substabelecer o presente instrumento com ou sem reservas de poderes, ou seja, tudo enfim para o bom e fiel cumprimento deste mandato específico.

CONTRATO DE HONORÁRIOS: Pelos serviços o(a) **OUTORGANTE** se obriga a pagar ao **OUTORGADO** o percentual de 30**% (trinta por cento)** sobre o valor bruto de qualquer benefício que venha a ser auferido proveniente do presente feito, tanto judicial quanto extrajudicialmente, independentemente de haver ou não pagamento de honorários pela parte adversa, devendo o respectivo valor ser retido nos autos, com a liberação dos valores atinentes aos honorários em alvará distinto em nome do patrono.

DECLARAÇÃO DE POBREZA: Eu, José Guimarães Malta Netto , DECLARO, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que sou pobre na acepção jurídica do termo, não tendo condições arcar com as despesas inerentes à ação ajuizada, sem prejuízo de meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da gratuidade da Justiça.

Recife, 17 de NOVEMBRO de 2020

Outorgante/Declarante

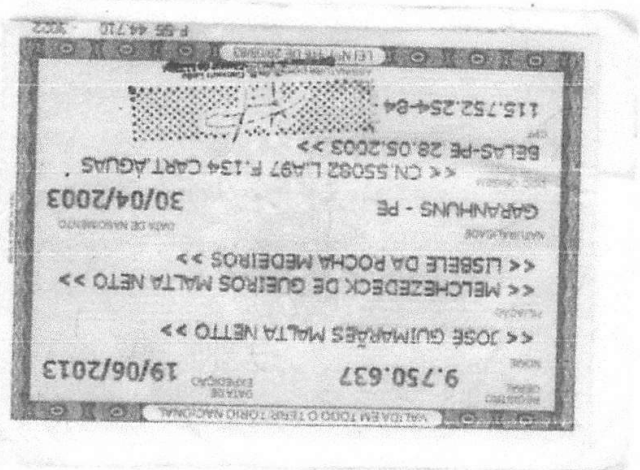
X José Guimarães Malta Netto

1

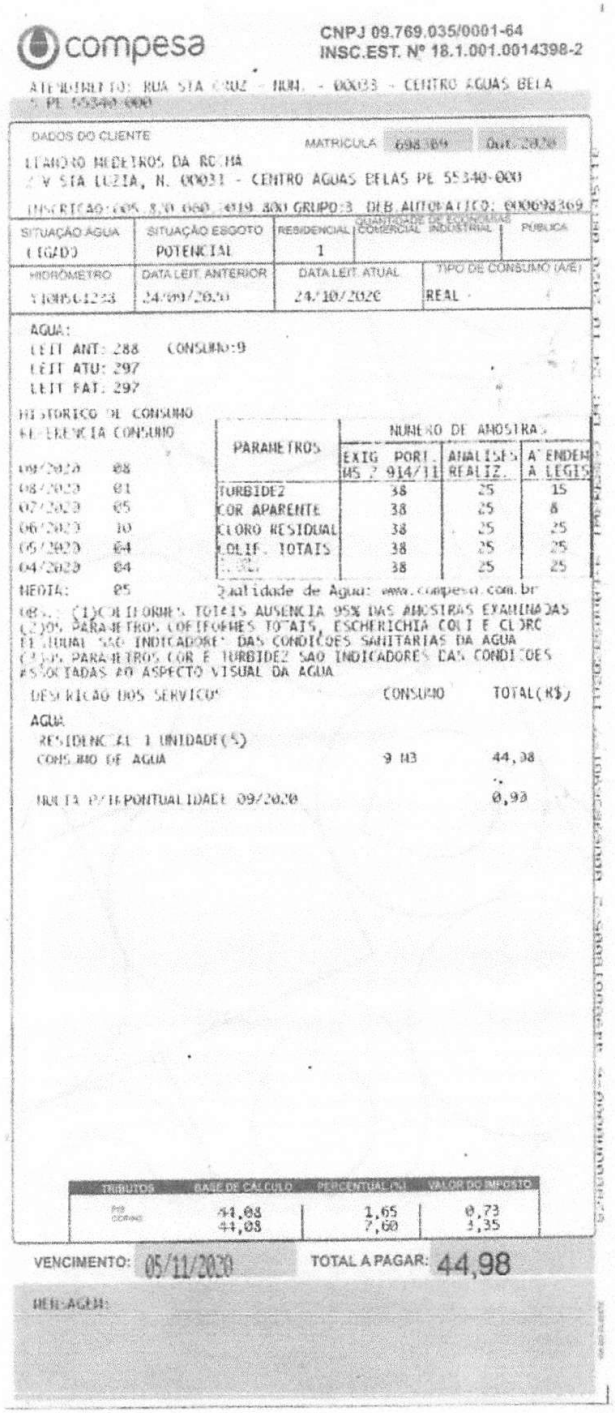
ROBSON

Assinado eletronicamente por: EWERSON VILAR DE LIMA - 09/12/2021 17:00:49
https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21120917004901500000092768838
Número do documento: 21120917004901500000092768838





Assinado eletronicamente por: EWERSON VILAR DE LIMA - 09/12/2021 17:00:49
https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21120917004901500000092768838
Número do documento: 21120917004901500000092768838



compesa

CNPJ 09.769.035/0001-64
INSC.EST. Nº 18.1.001.0014398-2

ATENDIMENTO: RUA STA CRUZ - NUM. - 00033 - CENTRO AGUAS BELA
PE 55340-000

DADOS DO CLIENTE — MATRICULA 698389 — Out. 2020

ITAMIRO MEDEIROS DA ROCHA
AV STA LUZIA, N. 00031 - CENTRO AGUAS BELAS PE 55340-000

INSCRICAO: 005.8.20.060.4319.800 GRUPO: 3 DEB.AUTOMATICO: 000698389

SITUAÇÃO ÁGUA	SITUAÇÃO ESGOTO	RESIDENCIAL	QUANTIDADE DE ECONOMIAS COMERCIAL	INDUSTRIAL	PUBLICA
LIGADO	POTENCIAL	1			

HIDRÔMETRO	DATA LEIT. ANTERIOR	DATA LEIT. ATUAL	TIPO DE CONSUMO (A/E)
Y18054223	24/09/2020	24/10/2020	REAL

AGUA:
LEIT ANT: 288 CONSUMO:9
LEIT ATU: 297
LEIT FAT: 297

HISTORICO DE CONSUMO

REFERENCIA	CONSUMO
09/2020	08
08/2020	01
07/2020	05
06/2020	10
05/2020	04
04/2020	04
MEDIA:	05

PARAMETROS	NUMERO DE AMOSTRAS EXIG PORT. 05 / 914/11	ANALISES REALIZ.	ATENDEM A LEGIS
TURBIDEZ	38	25	15
COR APARENTE	38	25	8
CLORO RESIDUAL	38	25	25
COLIF. TOTAIS	38	25	25
[illegible]	38	25	25

Qualidade de Agua: www.compesa.com.br

(1)COLIFORMES TOTAIS AUSENCIA 95% DAS AMOSTRAS EXAMINADAS
(2)OS PARAMETROS COLIFORMES TOTAIS, ESCHERICHIA COLI E CLORO
RESIDUAL SAO INDICADORES DAS CONDICOES SANITARIAS DA AGUA
(3)OS PARAMETROS COR E TURBIDEZ SAO INDICADORES DAS CONDICOES
ASSOCIADAS AO ASPECTO VISUAL DA AGUA

DESCRICAO DOS SERVICOS	CONSUMO	TOTAL(R$)
AGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE AGUA	9 M3	44,08
MULTA P/ IMPONTUALIDADE 09/2020		0,90

TRIBUTOS	BASE DE CALCULO	PERCENTUAL (%)	VALOR DO IMPOSTO
PIS COFINS	44,08	1,65	0,73
	44,08	7,60	3,35

VENCIMENTO: 05/11/2020 TOTAL A PAGAR: 44,98

DEBAGUA:

Assinado eletronicamente por: EWERSON VILAR DE LIMA - 09/12/2021 17:00:49
https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21120917004901500000092768838
Número do documento: 21120917004901500000092768838

Seguradora LÍDER
Administradora do Seguro DPVAT

Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 06 de Dezembro de 2020

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3200404262 **Vítima: JOSE GUIMARAES MALTA NETTO**

Data do Acidente: 17/07/2019 **Cobertura: INVALIDEZ**

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), JOSE GUIMARAES MALTA NETTO

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R$ 0,00
Juros:	R$ 0,00
Total creditado:	R$ 3.375,00

Dano Pessoal: Lesões neurológicas que cursem com dano cognitivo-comportamental alienante 100%
Graduação: Em grau leve 25%
% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 100%) 25,00%
Valor a indenizar: 25,00% x 13.500,00 = R$ 3.375,00

Recebedor: **JOSE GUIMARAES MALTA NETTO**
Valor: **R$ 3.375,00**
Banco: **237**
Agência: **000006036-4**
Conta: **0000012791-4**
Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT
Estamos aqui para Você

Pag. 01507/01508 - carta_15R - INVALIDEZ

Assinado eletronicamente por: EWERSON VILAR DE LIMA - 09/12/2021 17:00:49
https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21120917004901500000092768838
Número do documento: 21120917004901500000092768838

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 137ª CIRCUNSCRIÇÃO - ÁGUAS BELAS - DP137ªCIRC
DINTER1/18ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 20E0227001002

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **28/10/2020** às **14:57**

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposo (Consumado) que aconteceu no dia **17/7/2019** às **16:00**

Fato ocorrido no endereço: **CENTRO, 1, RUA DO SOL** - Bairro: **CENTRO** - **AGUAS BELAS/PERNAMBUCO/BRASIL** - CEP: **55340000** - Ponto de Referência: **HOTEL SERTAO**
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

NAO SE APLICA (AUTOR , AGENTE)
MEJE LIMA SILVA (OUTRO)
LISBELE DA ROCHA MEDEIROS (TESTEMUNHA)
JOSE GUIMARAES MALTA NETO (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): JOSE GUIMARAES MALTA NETO

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

JOSE GUIMARAES MALTA NETO (presente ao plantão) - Sexo: **Masculino** Mae: **LISBELE DA ROCHA MEDEIROS** Pai: **MELCHEZEDECK DE GUEIROS MALTA NETO** Data de Nascimento: **30/4/2003** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL** Documentos: **9750637/SDS/PE (RG)**, **11575225484 (CPF)** Profissão: **ESTUDANTE** Telefones Celulares:
87988387802

MEJE LIMA SILVA (não presente ao plantão) - Sexo: **Feminino** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

LISBELE DA ROCHA MEDEIROS (presente ao plantão) - Sexo: **Feminino** Mae: **LIDIA UMBELINA DA ROCHA MEDEIROS** Pai: **LENELSON DE MEDEIROS GAMA** Data de Nascimento: **19/2/1982** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL** Documentos: **6277469/SDS/PE (RG)**, **04051663469 (CPF)** Estado Civil: **SOLTEIRO(A)** Escolaridade: **3º. GRAU COMPLETO** Profissão: **PROFESSOR(A)** Telefones Celulares:
- 8799485595

Endereço Residencial: **MUNICIPIO DE AGUAS BELAS, 31, 2 TV SANTA LUZIA - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - AGUAS BELAS/PERNAMBUCO/BRASIL**

NAO SE APLICA - Ramo de Atividade: **NAO INFORMADO**

Nome do Representante: - Cargo do Representante: - Pessoa de Contato no estabelecimento comercial: - Telefone de Contato: -

Assinado eletronicamente por: EWERSON VILAR DE LIMA - 09/12/2021 17:00:49
https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21120917004901500000092768838
Número do documento: 21120917004901500000092768838

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

MOTOCICLETA HONDA POP 110I (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): **MEJE LIMA SILVA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **JOSE GUIMARAES MALTA NETO**
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**
Cor: **PRETA** - Quantidade: **1,000 (UNIDADE)**

Placa: **PDF0842** (PERNAMBUCO/ITAIBA) Renavam: **1105945453** Chassi: **9C2JB0100HR508458**
Ano Fabricação/Modelo: **2016/2017** Combustível: **GASOLINA**

Complemento / Observação

COMPARECEU LISBELE DA ROCHA MEDEIROS NESTA DELEGACIA ACOMPANHANDO SEU FILHO MENOR DE IDADE JOSÉ GUIMARÃES MALTA NETO, PARA INFORMAR QUE NO DIA 17/07/2019, ESTE SOFREU UM ACIDENTE NA CONDUÇÃO DE UMA MOTOCICLETA NA RUA DO SOL, CENTRO DE ÁGUAS BELAS. O MENOR COLIDIU COM OUTRO VEÍCULO, FOI ARREMESSADO AO CHÃO, O QUE LHE OCASIONOU TRAUMATISMO CRANIANO LEVE E FRATURA NO CALCANHAR DIREITO. DEVIDO AOS FERIMENTOS, FOI SOCORRIDO PELO SAMU E ENCAMINHADO AO HOSPITAL LOCAL DR. JOÃO SECUNDINO, LOGO EM EMSEGUIDA ENCAMINHADO AO HOSPITAL MONTE SINAI EM GARANHUNS-PE PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS MAIS COMPLEXOS. QUESTIONADA, A MÃE DO MENOR INFORMA QUE NÃO LHE CEDEU A MOTOCICLETA, TAMPOUCO LHE AUTORIZA A CONDUZÍ-LA.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

JOSE GUIMARAES MALTA NETO X José Guimarães Malta Netto
(VITIMA)

LISBELE DA ROCHA MEDEIROS X Lisbelle da Rocha Medeiros
(TESTEMUNHA)

B.O. registrado por: **PEDRO RICARDO TRAJANO DE ARAÚJO** - Matrícula: **387713-2**
(Liberado em **28/10/2020** às **15:42**)

POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLICIA DE ÁGUAS BELAS
12ª CIRCUNSCRIÇÃO

Assinado eletronicamente por: EWERSON VILAR DE LIMA - 09/12/2021 17:00:49
https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21120917004901500000092768838
Número do documento: 21120917004901500000092768838

RELATÓRIO MÉDICO PARA AVALIAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)

DECLARAÇÕES DO MÉDICO (DE PRÓPRIO PUNHO)

DATA DO EXAME: 17/7/19 DATA DA ATENDIMENTO MÉDICO: 17/7/19

NOME COMPLETO DO SEGURADO: José Cumarão Melo Neto

DIAGNÓSTICO DA LESÃO OU DOENÇA: Fratura de Perna D

TRATAMENTO INDICADO: Conservador

ALTA MÉDICA? X SIM NÃO

EXISTE ALGUM DEFEITO OU MOLÉSTIA PRÉ-EXISTENTE? NÃO X SIM
CASO POSITIVO DISCRIMINE:

COM RELAÇÃO À INVALIDEZ PODE-SE CONCLUIR QUE:

INVALIDEZ É TEMPORÁRIA, PORTANTO PASSÍVEL DE RECUPERAÇÃO SIGNIFICATIVA OU DE CURA ATRAVÉS DE TRATAMENTO

X INVALIDEZ É PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ POSSIBILIDADE DE RECUPERAÇÃO SIGNIFICATIVA OU DE CURA

GRAU DE INCAPACIDADE FUNCIONAL/IRREVERSÍVEL (especificar o segmento ou órgão atingido)

SEGMENTO ANATÔMICO OU ÓRGÃO AFETADO

Periciado apresenta membro com edema (++/4+) com consolidação Viciosa pleuroventura com Nível. articular completa do membro

75% Grave

ATESTO QUE ASSISTI E/OU AVALIEI A VÍTIMA NO PERÍODO DE Dezembro a Janeiro E QUE AS RESPOSTAS ACIMA SÃO FIEL EXPRESSÃO DA VERDADE.

Victor Crispim
Ortopedia e Traumatologia
CREMEPE 23144

Arcoverde 23/1/20

LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO

Assinado eletronicamente por: EWERSON VILAR DE LIMA - 09/12/2021 17:00:49
https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21120917004901500000092768838
Número do documento: 21120917004901500000092768838

SAMU

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que o Sr (a) Jose Guimaraes Malta Neto, portador do CPF Nº 115.752.254-84 e RG Nº 9750637, que consta nos registros de ocorrências do SAMU ÁGUAS BELAS-PE, onde foi atendido pelos os mesmo e gerado um **ID da REGULAÇÃO Nº** 0378 e **ID da BASE Nº** 01719, no dia 17 de julho de 2019, ás 16:10 hs, no endereço Rua: Dr: José Mariano, sendo vitima de Colisão Moto x moto, tendo sido enviada a USB Águas Belas, que prestou atendimento a vitima no local, transportando-a para o Hospital Monte Sinai.

De acordo com o registro de informações do SAMU Águas Belas, foram realizados no (a) paciente os seguintes procedimentos: Protocolo de Trauma. e Controle de sinais Vitais.

TÉCNICA DE ENFERMAGEM RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Claudiane Cordeiro da Silva

Claudiane Cordeiro
Tec. de Enfermagem
COREN-PE 553...

Águas Belas –PE, 05 de Novembro de 2020

Jane Tayse Alves do Nascimento
Coren-PE 436.132-ENF

Jane Tayse Alves do Nascimento Juliano

Coordenadora do SAMU Águas Belas-PE

Assinado eletronicamente por: EWERSON VILAR DE LIMA - 09/12/2021 17:00:49
https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21120917004901500000092768838
Número do documento: 21120917004901500000092768838

NOME: José Guimarães Mota CATEGORIA:

ENFERMARIA/APTO: LEITO: 107 REGISTRO Nº: 557916

DATA	HORA	PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIO DA MEDICAÇÃO
18/08/19		Dieta livre	SND
		SSS. Ranitidina 150mg 12/12h	F1 F3 F4
		Dipirona - 8/8h IV 12/12h	18 06
		Dexametasona 8mg IV 12/12h	18 06
		Metoclopramida 10mg IV 8/8h	24 06
		Dexcetoprofeno 50mg SL 6/6h	18 24 06
		Dipirona 2g + Cloreto de sódio 100ml EV 6/6h	18 24 06
		Ceftriaxona - 50mg - IV 24/24h	06
		Cefalexina 1g VO 6/6h	06
		Rp de cefalexina 1g VO 6/6h	06

Dr. Marcelo de Paula Nascimento
Cirurgia Geral e Proctologia
CRM - 18454

Suzenei Oliveira
COREN-SE 237113-TNE

Assinado eletronicamente por: EWERSON VILAR DE LIMA - 09/12/2021 17:00:49
https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21120917004901500000092768838
Número do documento: 21120917004901500000092768838

107

Santa Monte

PRESCRIÇÃO MÉDICA

NOME: José Gerardo Mello Neto CATEGORIA: Urgência Emerg.

ENFERMARIA/APTO: LEITO: 107 REGISTRO Nº: 557916

DATA	HORA	PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIO DA MEDICAÇÃO
		1) Dieta	SNP
12/12/21		2) SG Lactulose - 2500ml IV 24h	5h 12h 17h 21h
		3) Ranitidina 0,7g IV 12/12h	08h 20h
		4) Dexametasona 8mg IV 8/8h	08h 16h 00h
		5) Omeprazol 40mg IV 24/24h	08h
		6) Dipirona 2,6g IV 6/6h	06h 12h 18h 00h
		7) Cefazolina 2g IV 8/8h	08h 16h 00h
		8) Solicito USG	

Dr. Marcos Paulo Albuquerque
Cirurgião Geral / Proctologista
CRM - 19431

Raina

Assinado eletronicamente por: EWERSON VILAR DE LIMA - 09/12/2021 17:00:49
https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21120917004901500000092768838
Número do documento: 21120917004901500000092768838

Monte Sinai

EVOLUÇÃO MÉDICA

NOME: JOSÉ GUIMARÃES MAIA NETO CATEGORIA: UNIMED

ENFERMAGEM: LEITO: 107 REGISTRO Nº.: 557956

DATA	HORA	EVOLUÇÃO
17/7/19		Cirurgia Geral Tomografia de Crânio de rotina. // Tomografia facial + Tomografia Tórax + Tomografia de Abdome CD - Internação Dr. Mateus de Paula Albuquerque Cirurgia Geral / Proctologia CRM - 16454
18/7/19		Alta hoje às 16:30 Dr. Mateus de Paula Albuquerque Cirurgia Geral CRM 16454

Assinado eletronicamente por: EWERSON VILAR DE LIMA - 09/12/2021 17:00:49
https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21120917004901500000092768838
Número do documento: 21120917004901500000092768838

Hospital Dr. João Secundino

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAS BELAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DR. JOÃO SECUNDINO DE SOUZA

FICHA DE EMERGÊNCIA Entrada: 17/07/2014 Hr. 16:30

Responsável pelo preenchimento: _____

Nome: José Guimarães Jr. Neto Idade: 16

CNS: _____

Data de Nascimento: 30/04/2003 Sexo: F ( ) M (X) Cor: _____

Filiação: Disbelle da P. Jardelinos

Endereço: Av. Epi Nipredo Duarte, 133

Trazido por: Pai

Endereço: _____

PA: 130x90 T: ___° P: ___ R: ___ SAT: ___% Peso: ___Kg HGT: ____ mg/dl

Queixa Principal: _____

Vitima de queda de moto em cabeça, batendo a cabeça com o capacete, apresentando

H. Diagnostica: Leve ferimento, sem perda de consciência, sem vômito, hipotenso

Prescrição Medica: Repouso e Cuidados, Antigripal Apresentou, Dipirona, glicose 5%

Saida: ___/___/20___ Hr: ___:___ Ass. Do Medico-CRM

Assinado eletronicamente por: EWERSON VILAR DE LIMA - 09/12/2021 17:00:49
https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21120917004901500000092768838
Número do documento: 21120917004901500000092768838



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 12ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810303

Processo nº **0131232-69.2021.8.17.2001**

AUTOR: JOSE GUIMARAES MALTA NETTO

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

DECISÃO

Inicialmente, **defiro a gratuidade requerida**.

Como a prova da ocorrência do sinistro que rende ensejo à regulação do seguro DPVAT constitui elemento essencial à propositura da pretensão securitária, e ela se perfaz, especificamente, pela juntada do laudo técnico produzido pelo IML ou quem as suas vezes fizer, determino**, de logo a realização de perícia traumatológica** a fim de ser apurada a extensão das lesões nos termos da Lei nº 6194/74, com as alterações impostas pela MP nº 451/2008 transformada na Lei nº 11.945/2009.

Designo como perito do juízo **Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho**, CRM 16868, especialista formado em Medicina e pós-graduado em Ortopedia e Traumatologia, com endereço profissional na Rua General Joaquim Inácio n. 830, sl 182, Empresarial The Plaza Business Center, Ilha do Leite, CEP 50070-270, fone: (81) 41010698, 99601-6614, e-mail: periciasmedicas.dpvat@gmail.com.

Providencie a Secretaria, em consonância com o art. 465, § 1º e § 2º do novo CPC (Lei nº 13.105/2015), a intimação da expert, para comunicar se aceita o presente encargo com honorário fixado em R$ 300,00 (trezentos reais).

Intime-se a Seguradora para promover, no prazo da defesa, o depósito do aludido valor em conta judicial, vinculada ao processo, sob pena de serem considerados em seu desfavor os fatos sobre os quais incidirá a prova técnica.

Deverão as partes, no mesmo prazo, querendo, alegar suspeição ou impedimento do perito, apresentar quesitos e indicarem assistentes técnicos, com a ressalva de que a perícia será

realizada tendo por base o formulário específico elaborado pelo Setor de Mutirões desta Comarca, para aplicação nas lides que tratam da regulação do seguro DPVAT, que será enviado ao perito.

Após efetivado o depósito e decorrido o prazo para defesa, intime-se o perito do encargo, comunicando-lhe que deverá informar às partes e ao Juízo a data e hora da realização da perícia, e que o laudo deverá ser entregue em prazo não superior a 15 (quinze) dias.

Assim sendo, e considerando todas essas circunstâncias já mencionadas, (1) **intime-se o perito nos moldes acima**; (2) **proceda-se à citação e intimação da ré, pelos correios**, remetendo-lhe cópia da petição inicial e deste despacho, comunicando-o acerca do prazo de resposta, que é de 15 dias úteis (art. 335, do CPC) a contar da data de juntada aos autos do aviso de recebimento (art. 231, I, do CPC), bem como que deverá depositar o valor dos honorários periciais.

Diante do fato notório da pandemia do COVID-19, bem como das determinações exaradas por este Tribunal, através do ATO CONJUNTO nº 18/2020 (de 19 de junho de 2020), deixo de designar a audiência conciliatória prevista no art. 334, do CPC.

A assentada não será marcada diante da excepcionalidade do caso, uma vez que, no ato acima referido (que indica o plano gradual de retomada das atividades presenciais) ainda não há previsão de retorno do expediente no Fórum do Recife em sua normalidade.

A decisão é tomada ainda sob o fundamento de que não haverá qualquer prejuízo para as partes, ao contrário, uma vez que se está privilegiando a duração razoável do processo e as normas fundamentais previstas no CPC. Ademais, as partes podem, a qualquer momento, conciliarem e requererem a homologação judicial, sendo possível até mesmo a realização da audiência conciliatória para um momento futuro, caso haja requerimento.

Entretanto, considerando que a conciliação e a mediação mostram-se como o melhor meio para solução de conflitos, sendo especialmente estimulado por este Tribunal de Justiça, por meio do NUPEMEC, que vem adotando todas as medidas necessárias para viabilizar a realização de audiências de conciliação/mediação, de forma remota, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem o seu interesse na designação de uma audiência conciliatória, caso em que deverão fornecer número de telefone, com acesso ao aplicativo Whatsapp e e-mail.

Havendo manifestação positiva de ambas as partes, remetam-se os autos para o Cejusc, para designação de audiência e demais medidas que se fizerem necessárias à realização da sessão virtual.

Não contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

Apresentada a contestação sem preliminares do art. 337 do CPC e de mérito (prescrição e decadência), ausente a apresentação de novos documentos e de reconvenção, venham-me os autos conclusos para avaliar a possibilidade do julgamento antecipado da lide, ficando as partes de logo cientes desta possibilidade.

Apresentada contestação com as questões processuais supracitadas, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias úteis, manifestar(em)-se sobre a(s) contestação(ões) e documento(s) por ventura anexados, bem como apresentar(em) resposta à(s) reconvenção(ões), caso oferecida(s).

Intime-se o autor através do seu advogado para ciência da decisão proferida.

Decorrido o prazo, com ou sem resposta, voltem-me conclusos.

RECIFE, 9 de dezembro de 2021.

Juiz(a) de Direito

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 12ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0131232-69.2021.8.17.2001
AUTOR: JOSE GUIMARAES MALTA NETTO
REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CERTIDÃO HABILITAÇÃO PERITO

Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, procedi à habilitação do(a)(s) perito(a)(s) PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - CPF: 009.226.694-06.

RECIFE, 22 de dezembro de 2021.

LANA HELANE REIS RAPOSO
Diretoria Cível do 1º Grau

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 12ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0131232-69.2021.8.17.2001
AUTOR: JOSE GUIMARAES MALTA NETTO
REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

INTIMAÇÃO DE DECISÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 12ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 94806136, conforme segue transcrito abaixo:

"DECISÃO Inicialmente, defiro a gratuidade requerida. Como a prova da ocorrência do sinistro que rende ensejo à regulação do seguro DPVAT constitui elemento essencial à propositura da pretensão securitária, e ela se perfaz, especificamente, pela juntada do laudo técnico produzido pelo IML ou quem as suas vezes fizer, determino, de logo a realização de perícia traumatológica a fim de ser apurada a extensão das lesões nos termos da Lei nº 6194/74, com as alterações impostas pela MP nº 451/2008 transformada na Lei nº 11.945/2009. Designo como perito do juízo Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM 16868, especialista formado em Medicina e pós-graduado em Ortopedia e Traumatologia, com endereço profissional na Rua General Joaquim Inácio n. 830, sl 182, Empresarial The Plaza Business Center, Ilha do Leite, CEP 50070-270, fone: (81) 41010698, 99601-6614, e-mail: periciasmedicas.dpvat@gmail.com. Providencie a Secretaria, em consonância com o art. 465, § 1º e § 2º do novo CPC (Lei nº 13.105/2015), a intimação da expert, para comunicar se aceita o presente encargo com honorário fixado em R$ 300,00 (trezentos reais). Intime-se a Seguradora para promover, no prazo da defesa, o depósito do aludido valor em conta judicial, vinculada ao processo, sob pena de serem considerados em seu desfavor os fatos sobre os quais incidirá a prova técnica. Deverão as partes, no mesmo prazo, querendo, alegar suspeição ou impedimento do perito, apresentar quesitos e indicarem assistentes técnicos, com a ressalva de que a perícia será realizada tendo por base o formulário específico elaborado pelo Setor de Mutirões desta Comarca, para aplicação nas lides que tratam da regulação do seguro DPVAT, que será enviado ao perito. Após efetivado o depósito e decorrido o prazo para defesa, intime-se o perito do encargo, comunicando-lhe que deverá informar às partes e ao Juízo a data e hora da realização da perícia, e que o laudo deverá ser entregue em prazo não superior a 15 (quinze) dias. Assim sendo, e considerando todas essas circunstâncias já mencionadas, (1) intime-se o perito nos moldes acima; (2) proceda-se à citação e intimação da ré, pelos correios, remetendo-lhe cópia da petição inicial e deste despacho, comunicando-o acerca do prazo de resposta, que é de 15 dias úteis (art. 335, do CPC) a contar da data de juntada aos autos do aviso de recebimento (art. 231, I, do CPC), bem como que deverá depositar o valor dos honorários periciais. Diante do fato notório da pandemia do COVID-19, bem como das determinações exaradas por este Tribunal, através do ATO CONJUNTO nº 18/2020 (de 19 de junho de 2020), deixo de designar a audiência conciliatória prevista no art. 334, do CPC. A assentada não será marcada diante da excepcionalidade do caso, uma vez que, no ato acima referido (que indica o plano gradual de retomada das atividades presenciais) ainda não há previsão de retorno do expediente no Fórum do Recife em sua normalidade. A decisão é tomada ainda sob o fundamento de que não haverá qualquer prejuízo para as partes, ao contrário, uma vez que se está privilegiando a duração razoável do processo e as normas fundamentais previstas no CPC. Ademais, as partes podem, a qualquer momento, conciliarem e requererem a homologação judicial, sendo possível até mesmo a

realização da audiência conciliatória para um momento futuro, caso haja requerimento. Entretanto, considerando que a conciliação e a mediação mostram-se como o melhor meio para solução de conflitos, sendo especialmente estimulado por este Tribunal de Justiça, por meio do NUPEMEC, que vem adotando todas as medidas necessárias para viabilizar a realização de audiências de conciliação/mediação, de forma remota, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem o seu interesse na designação de uma audiência conciliatória, caso em que deverão fornecer número de telefone, com acesso ao aplicativo Whatsapp e e-mail. Havendo manifestação positiva de ambas as partes, remetam-se os autos para o Cejusc, para designação de audiência e demais medidas que se fizerem necessárias à realização da sessão virtual. Não contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. Apresentada a contestação sem preliminares do art. 337 do CPC e de mérito (prescrição e decadência), ausente a apresentação de novos documentos e de reconvenção, venham-me os autos conclusos para avaliar a possibilidade do julgamento antecipado da lide, ficando as partes de logo cientes desta possibilidade. Apresentada contestação com as questões processuais supracitadas, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias úteis, manifestar(em)-se sobre a(s) contestação(ões) e documento(s) por ventura anexados, bem como apresentar(em) resposta à(s) reconvenção(ões), caso oferecida(s). Intime-se o autor através do seu advogado para ciência da decisão proferida. Decorrido o prazo, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. RECIFE, 9 de dezembro de 2021. Juiz(a) de Direito "

RECIFE, 22 de dezembro de 2021.

LANA HELANE REIS RAPOSO
Diretoria Cível do 1º Grau

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 12ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0131232-69.2021.8.17.2001
AUTOR: JOSE GUIMARAES MALTA NETTO
REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

INTIMAÇÃO - NOMEAÇÃO PERITO (VIA SISTEMA)

Senhor Perito, em face do(a) despacho/decisão de ID 94806136 proferido nos autos do processo nº 0131232-69.2021.8.17.2001 da Seção B da 12ª Vara Cível da Capital, ajuizado por AUTOR: JOSE GUIMARAES MALTA NETTO contra REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS , fica a V.S.ª notificado(a) de sua nomeação como perito, bem como INTIMADO(A) do inteiro teor do(a) Despacho/Decisão que segue transcrito abaixo:

"DECISÃO Inicialmente, defiro a gratuidade requerida. Como a prova da ocorrência do sinistro que rende ensejo à regulação do seguro DPVAT constitui elemento essencial à propositura da pretensão securitária, e ela se perfaz, especificamente, pela juntada do laudo técnico produzido pelo IML ou quem as suas vezes fizer, determino, de logo a realização de perícia traumatológica a fim de ser apurada a extensão das lesões nos termos da Lei nº 6194/74, com as alterações impostas pela MP nº 451/2008 transformada na Lei nº 11.945/2009. Designo como perito do juízo Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM 16868, especialista formado em Medicina e pós-graduado em Ortopedia e Traumatologia, com endereço profissional na Rua General Joaquim Inácio n. 830, sl 182, Empresarial The Plaza Business Center, Ilha do Leite, CEP 50070-270, fone: (81) 41010698, 99601-6614, e-mail: periciasmedicas.dpvat@gmail.com. Providencie a Secretaria, em consonância com o art. 465, § 1º e § 2º do novo CPC (Lei nº 13.105/2015), a intimação da expert, para comunicar se aceita o presente encargo com honorário fixado em R$ 300,00 (trezentos reais). Intime-se a Seguradora para promover, no prazo da defesa, o depósito do aludido valor em conta judicial, vinculada ao processo, sob pena de serem considerados em seu desfavor os fatos sobre os quais incidirá a prova técnica. Deverão as partes, no mesmo prazo, querendo, alegar suspeição ou impedimento do perito, apresentar quesitos e indicarem assistentes técnicos, com a ressalva de que a perícia será realizada tendo por base o formulário específico elaborado pelo Setor de Mutirões desta Comarca, para aplicação nas lides que tratam da regulação do seguro DPVAT, que será enviado ao perito. Após efetivado o depósito e decorrido o prazo para defesa, intime-se o perito do encargo, comunicando-lhe que deverá informar às partes e ao Juízo a data e hora da realização da perícia, e que o laudo deverá ser entregue em prazo não superior a 15 (quinze) dias. Assim sendo, e considerando todas essas circunstâncias já mencionadas, (1) intime-se o perito nos moldes acima; (2) proceda-se à citação e intimação da ré, pelos correios, remetendo-lhe cópia da petição inicial e deste despacho, comunicando-o acerca do prazo de resposta, que é de 15 dias úteis (art. 335, do CPC) a contar da data de juntada aos autos do aviso de recebimento (art. 231, I, do CPC), bem como que deverá depositar o valor dos honorários periciais. Diante do fato notório da pandemia do COVID-19, bem como das determinações exaradas por este Tribunal, através do ATO CONJUNTO nº 18/2020 (de 19 de junho de 2020), deixo de designar a audiência conciliatória prevista no art. 334, do CPC. A assentada não será marcada diante da excepcionalidade do caso, uma vez que, no ato acima referido (que indica o plano gradual de retomada das atividades presenciais) ainda não há previsão de retorno do expediente no Fórum do Recife em sua normalidade. A decisão é tomada ainda sob o fundamento de que não haverá qualquer prejuízo para as partes, ao contrário, uma vez

que se está privilegiando a duração razoável do processo e as normas fundamentais previstas no CPC. Ademais, as partes podem, a qualquer momento, conciliarem e requererem a homologação judicial, sendo possível até mesmo a realização da audiência conciliatória para um momento futuro, caso haja requerimento. Entretanto, considerando que a conciliação e a mediação mostram-se como o melhor meio para solução de conflitos, sendo especialmente estimulado por este Tribunal de Justiça, por meio do NUPEMEC, que vem adotando todas as medidas necessárias para viabilizar a realização de audiências de conciliação/mediação, de forma remota, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem o seu interesse na designação de uma audiência conciliatória, caso em que deverão fornecer número de telefone, com acesso ao aplicativo Whatsapp e e-mail. Havendo manifestação positiva de ambas as partes, remetam-se os autos para o Cejusc, para designação de audiência e demais medidas que se fizerem necessárias à realização da sessão virtual. Não contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. Apresentada a contestação sem preliminares do art. 337 do CPC e de mérito (prescrição e decadência), ausente a apresentação de novos documentos e de reconvenção, venham-me os autos conclusos para avaliar a possibilidade do julgamento antecipado da lide, ficando as partes de logo cientes desta possibilidade. Apresentada contestação com as questões processuais supracitadas, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias úteis, manifestar(em)-se sobre a(s) contestação(ões) e documento(s) por ventura anexados, bem como apresentar(em) resposta à(s) reconvenção(ões), caso oferecida(s). Intime-se o autor através do seu advogado para ciência da decisão proferida. Decorrido o prazo, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. RECIFE, 9 de dezembro de 2021. Juiz(a) de Direito"

O laudo deverá ser inserido nos autos no formato PDF com até de 3,0 MB cada arquivo.

Atenciosamente,

RECIFE, 22 de dezembro de 2021.

LANA HELANE REIS RAPOSO
Diretoria Cível do 1º Grau

Aceito o encargo e aguardo para agendamento.